

2º Ciclo de Palestras

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS



PREFEITURA DE GUARULHOS

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Apresentação

É com enorme prazer que apresento o registro sistematizado das palestras do 2º Ciclo de “Políticas Públicas e Direitos Humanos”, que aconteceu em 2018. Assim como no primeiro Ciclo, este curso também teve como objetivo a capacitação dos servidores da Prefeitura de Guarulhos na temática direitos humanos. Entretanto, os assuntos abordados nesta etapa tiveram como objetivo formar e informar a partir das temáticas tratadas em cada subsecretaria, conforme segue: Subsecretaria da Diversidade, Igualdade Racial, Acessibilidade e Inclusão, Juventude, Mulheres e Idoso. Com isso, este ciclo teve como um de seus propósitos ampliar a divulgação das ações desenvolvidas pelas diversas subsecretarias para as demais secretarias que compõe a estrutura da Prefeitura, visando a facilitar os encaminhamentos a serem realizados pelas mesmas.

A organização e execução das palestras contaram com a participação direta de todas as subsecretarias, e as mesmas desenvolveram os conteúdos e ministraram as temáticas conforme será demonstrado a seguir. Além disso, visando a disponibilizar o conteúdo abordado nas palestras, as subsecretarias elaboraram os textos que compuseram este livro e que visam a constituir um acervo para futuras consultas.

A sequência dos textos segue a ordem de realização das palestras - que foram realizadas entre 30 de janeiro e 27 de fevereiro de 2018. Agradeço aos servidores que se dedicaram para que esta ação pudesse ser realizada, assim como aos participantes que cederam parte de seu tempo para aprender mais sobre populações historicamente discriminadas e como ajudá-las de uma maneira tão simples: informando sobre os direitos.

Por fim, parablenizo a toda equipe da Secretaria de Assuntos Difusos (alterada para Secretaria de Direitos Humanos, conforme lei N. 7.657/2018), que possibilitou mais esta realização

Lameh Smeili

Secretário de Direitos Humanos

Índice

**Subsecretaria de
Políticas para a Diversidade**
Diversidade Mais Perto de Você 10

**Subsecretaria de
Políticas para Igualdade Racial**
Povos indígenas, negros e migrantes 17

**Subsecretaria de
Acessibilidade e Inclusão**
Desperte seu olhar inclusivo! 40

**Subsecretaria de
Políticas para a Juventude**
Políticas Públicas para a juventude 50

**Subsecretaria de
Políticas para as Mulheres**
Políticas públicas para mulheres 59

**Subsecretaria de
Políticas para o idoso**
Processo de envelhecimento em Guarulhos 65

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DA DIVERSIDADE



Subsecretaria de Políticas da Diversidade

Tema: Diversidade mais perto de você

A Subsecretaria de Políticas da Diversidade (SPD) foi criada em maio de 2017 para elaboração de políticas públicas voltadas aos LGBTI's. A SPD compõe a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos junto com outras cinco subsecretarias (Mulheres, Juventude, Igualdade Racial, Acessibilidade e Inclusão e do Idoso), com as quais mantém um macro calendário de atividades conjuntas. Também realiza trabalhos transversais com as Secretarias da Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Assistência Social, Trabalho, dentre outros.

A SPD assessora o Poder Executivo Municipal na criação, articulação, formulação, implantação, monitoramento de programas, planos e ações afirmativas, de reparação, combate as desigualdades sociais resultantes do processo histórico de exclusão e discriminação negativa das pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/ Transexuais, Travestis, Intersexos).

A subsecretária em exercício em 2018, Ana Marques¹, inicia a palestra falando de sua experiência pessoal e expertise, como mãe de transexual, com sua Palestra “Diversidade mais perto de você”.

1. Ana Marques, palestrante - Subsecretaria de Políticas da Diversidade

OS NÚMEROS DA LGBTFOBIA

A cada 19 horas um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da homotransfobia

EM 2017, FORAM REGISTRADAS

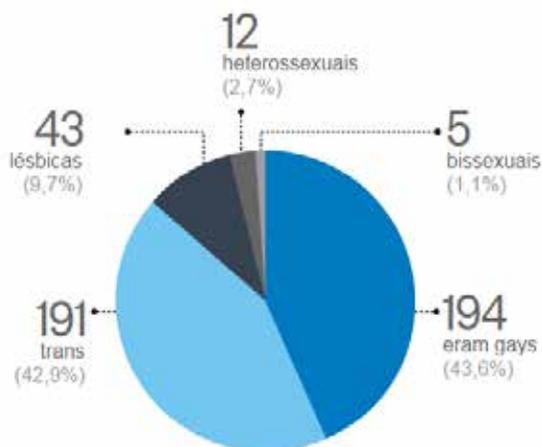
445 mortes

EM 2000, O NÚMERO ERA

130 mortes

DAS 445 VÍTIMAS REGISTRADAS EM 2017:

DAS 445 VÍTIMAS REGISTRADAS EM 2017:



12 vítimas

foram identificadas como heterossexuais, mas incluídas no relatório pelo envolvimento com o universo LGBT, seja por tentarem defender algum gay ou lésbica quando ameaçados de morte, por estarem em espaços predominantemente gays ou serem amantes de travestis.

- L lésbicas - G gays - B bissexuais - T transexuais, transgêneros, travestis, I intersexos.

O acrônimo LGBTI se destina a promover a diversidade das culturas baseadas em identidade de gênero e orientação sexual. Ele pode ser usado para se referir a qualquer um que não é heterossexual ou não é cisgênero.

Para reconhecer essa inclusão, uma variante popular, adiciona a letra Q para aqueles que se identificam como queer (“estranho” é a tradução) ou que questionam a sua identidade sexual. LGBTQ foi registrado em 1996.

Aqueles que desejam incluir pessoas intersexuais sugerem o acrônimo prolongado LGBTI. Algumas pessoas combinam as duas siglas e usam LGBTIQ ou LGBTQI. Outros ainda adicionam a letra A para os assexuais (pessoas que não sentem atração sexual): LGBTQIA. Finalmente, um sinal de + é por vezes adicionado ao final para representar qualquer outra pessoa que não seja coberta pelas outras sete iniciais: LGBTQIA+.

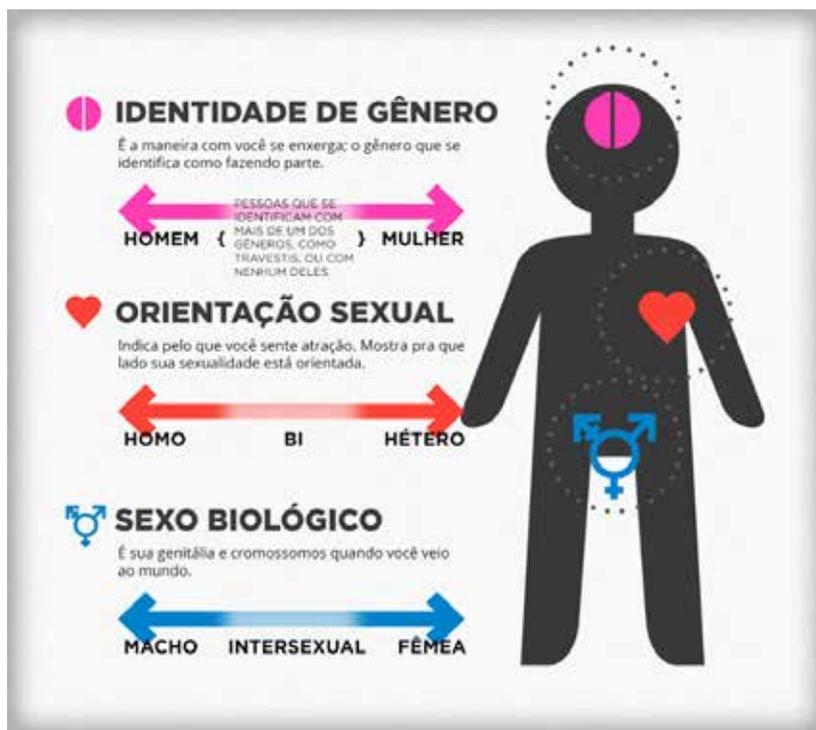
As letras são inúmeras, mas cabe, acima de tudo, tratarmos com igualdade humana, respeito e acolhimento a população LGBTI.

- Sexo é diferente de identidade de gênero, que diverge da noção de orientação sexual. Não devem ser usados como sinônimos e devem ser entendidos em sua complexidade e singularidade na formação de cada ser humano.

“Gênero não é sinônimo de sexo. Enquanto o sexo é determinado geneticamente, o gênero é construído historicamente,

culturalmente e socialmente. Nascemos machos ou fêmeas, mas nos fazemos homens ou mulheres” (YAMAÇAKE, SANTOS, FIGUEIREDO, 2010, p. 11).

Dando sequência, a atividade trouxe participantes LGBT para que pudessem relatar suas experiências que falavam sobre discriminações e preconceitos sofridos.



Serviços e Atendimentos

A SPD faz pronto atendimento, inclui, encaminha, respalda, administra os encaminhamentos às pessoas LGBTI's, que precisam dos segmentos tais como:

Busca de empresas amigas da diversidade para serem incluídos e gerar empregos com vagas para contratação; cursos de formações diversos em níveis técnicos e superiores, para reciclagem e preparo para a entrada no mercado de trabalho, alguns com certificados e até remuneração, oferecidos pelo Centro Integrado de Emprego, Trabalho e Renda (Ciet), órgão da Secretaria do Trabalho, ONG's e parceiros.

As formas de trabalho da SPD são diversas, para alcance dos objetivos estimados diante das necessidades para inclusão e bem estar da população LGBTI, por exemplo:

- * Inclusão e administração diante dos encaminhamentos a saúde, educação, empregabilidade e socialização;
- * Combate a homofobia, transfobia e LGBTTIIfobia com Ação do Abraço e campanhas de combate;
- * Campanha de conscientização com uso de lacinhos contra o preconceito, ações e eventos temáticos;
- * Disque 100 denúncia, contra os ocorridos homofóbicos e transfóbicos. Todas as denúncias do município de Guarulhos que chegam à Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal são encaminhadas para Subsecretaria de Políticas da Diversidade via e-mail sigiloso com acesso restrito;

* Eventos, palestras, capacitações, cursos preparatórios, visitas às escolas, setores públicos e privados, levando o nosso apoio, ajuda para aproximação da temática LGBTI com as pessoas envolvidas, oferecendo suporte e encaminhamento humanizado e técnico de cada caso, sempre diante da apreciação e parceria dos gestores de cada segmento;

A pessoa LGBTI interessada pode entrar em contato e agendar previamente seu atendimento ou presencialmente para ser atendida (informações abaixo);

Telefones: (11) 2085-5600 e (11) 2085-5609

Celular (WhatsApp): (11) 94182-4619

Atendimento: Segunda a sexta-feira das 8h às 17h

politicadadiversidade@guarulhos.sp.gov.br

denunciasdiversidade@guarulhos.sp.gov.br

Atendimento: Segunda a sexta-feira das 8h às 17h.

*** Palestra realizada dia 30 de janeiro de 2018 pela subsecretária em exercício na ocasião, Ana Marques, para os servidores da Prefeitura de Guarulhos e sociedade civil, no 2º Ciclo de palestras sobre Políticas Públicas e Direitos Humanos.**

SUBSECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL



Subsecretaria da Igualdade Racial

Tema: Povos indígenas, negros e migrantes

Os povos originários do Brasil têm uma longa história de resistência. São mais de 518 anos de luta por direitos que são sistematicamente retirados desde a colonização até os dias de hoje. São povos vítimas de genocídios e etnocídios, preconceitos, invisibilidade e ainda presos a um imaginário social que sempre remete a uma ideia do indígena da época do “descobrimento”. Sendo o Brasil o maior país de presença indígena no mundo, vivemos a contradição de saber muito pouco ou quase nada sobre estes povos, sobre sua diversidade cultural, seus modos de vida, e outros conhecimentos fundamentais que possibilitam outras leituras e compreensão acerca desses povos.

A migração é um fenômeno presente na história dos seres humanos e na formação do Brasil. Embora seja um processo milenar, tem ganhado peso na contemporaneidade devido a uma série de conflitos que obrigam pessoas a buscar acolhida, sobrevivência e melhores condições de vida em outros territórios. No entanto, são considerados estranhos, indesejáveis, sobretudo quando pertencem a segmentos étnicos discriminados, como é o caso de indígenas e africanos. Nesse mesmo contexto, situam-se os povos ciganos que seguem invisibilizados e apartados da sociedade.

A retirada dos africanos para a escravização no Brasil significou o rompimento de suas tradições, relações familiares, língua, culturas, organização social, religiosidade, transformando-os numa “mercadoria” a ser comercializada. Não obstante, esse processo não foi desacompanhado de resistência, incluindo

a ressignificação dos valores e símbolos fundantes de sua identidade e tradição.

De acordo com a estimativa do IBGE para o ano de 2017, 54% da população brasileira se autodeclara preta ou parda, representando um imenso contingente de negras e negros que não se veem representados dignamente nas diversas esferas da vida social, de tal forma que ainda permanecem vivas as estruturas de reprodução do racismo.

O trabalho realizado pela Equipe Técnica da Subsecretaria da Igualdade Racial no enfrentamento ao racismo, identificado enquanto violação dos Direitos Humanos, se faz por meio de recursos históricos, teóricos e metodológicos, cujas dinâmicas introduzem o debate sobre a população negra, os povos indígenas, a população cigana e os migrantes problematizando o quanto o cotidiano destes sujeitos é impactado pela discriminação múltipla ou agravada.

Migração

Quão antigo é o ato de migrar? Há aproximadamente 2 milhões de anos, hominídeos eretos e bípedes se espalharam da África para a Eurásia (HARARI, 2015; GAUCHER e WALTON, 2011). Isso coloca a migração como uma das manifestações mais antigas ligadas à nossa espécie.

Desde os grupos que iniciaram seu processo de deslocamento da África, e através de sucessivas levas migratórias ocuparam os demais continentes, os humanos migraram motivados por um grande propósito: a busca de melhores condições de

sobrevivência, seja por meio do acesso a alimentos, condições climáticas mais adequadas, menor número de fatores abertamente ameaçadores (como a presença de predadores ou belicosos grupos rivais). Embora em um ambiente cultural e tecnológico infinitamente mais complexo do que aquele de nossos ancestrais, os humanos contemporâneos migram por razões não muito diferentes destas.

Porém, o desenvolvimento de um conjunto de habilidades, tais como a construção e o uso de ferramentas, as habilidades sociais, a capacidade simbólica e especialmente a linguagem (formando redes de cooperação) constituíram vantagens evolutivas que permitiram a esta espécie superar obstáculos e ocupar todo o planeta. Constitui uma enorme façanha o processo de ocupação de territórios tão diversos e espalhados por todo o globo terrestre, realizado por pequenos grupos de uma espécie de notável desvantagem física quando comparado com outros animais - e sem recursos tecnológicos avançados para auxiliá-los no deslocamento.

Estudos apontam que as levas migratórias que ocuparam as Américas se deram há mais de 15 mil anos, e isto está na base da formação dos diversos povos indígenas americanos - inclusive os nossos povos originários, os indígenas brasileiros, conforme veremos a seguir.

São, portanto, os descendentes daqueles grupos saídos da África que, ao longo de literalmente milhares de anos, vêm deslocando-se por todas as regiões do planeta - e este movimento deu origem aos territórios e fronteiras como hoje as conhecemos. Em uma perspectiva individual, nossas próprias famílias provavelmente têm, ao longo de sua existência, histórias de pessoas que vieram

de outro país, outro estado, ou mesmo outra cidade. Esta é nossa herança: somos todos migrantes.

Povos indígenas

Tratar da questão indígena é, antes de tudo, navegar num mar revolto, apesar da condição de o Brasil possuir uma imensa diversidade e abrigar a maior população indígena no mundo, sempre que o assunto é posto em debate, precisamos enfrentar um profundo desconhecimento sobre o tema.

Precisamos enfrentar o mito de que somos todos a mistura entre índios, negros e europeus, um conceito desprovido de sustentação, já que é apenas uma fórmula que esconde uma diversidade, mas, não apenas isso, também implica não reconhecer direitos. Afinal se todos somos índios, como estabelecer os marcos que nos diferenciam, e que resultam em direitos diferenciados baseados na ancestralidade destes povos?

Eduardo Viveiros de Castro procurou apresentar argumentos que ajudam a ter outra compreensão. Num texto conciso, cujo título apropriadamente coloca a problemática implícita e explícita desta formulação, diz: “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é” , claramente uma provocação e que em certo sentido nos obriga a uma incursão na história para demonstrar como cristalizamos ou congelamos imagens estereotipadas dos indígenas: por um lado, romantizada, colocando o indígena num lugar em que nos remete ao próprio paraíso, um universo Adâmico e, por outro lado, uma representação do que seria esse paraíso perseguido pelos cristãos representados por Anchieta e

Las Casas .

As resistências ao longo do tempo não deixaram de existir. Nem todos os povos se submeteram ao projeto colonizador português, embora tenham sido tratados como sujeitos que mereciam seu completo extermínio, representado por Thevet.

Para tanto, na longa noite desde a chegada do colonizador, ora, os indígenas foram tratados como dóceis, anjos, Adão antes da maçã; ora, como demônios, hostis, tratados como preguiçosos, ociosos, cachaceiros, bandidos e não confiáveis, cujo desígnio seria seu extermínio. Entretanto, em nenhuma condição foram ou são protagonistas, sujeitos de sua própria história, seja no passado remoto, seja no presente.

Em ambas as abordagens, o indígena é considerado a-histórico, ou seja, prevalece a visão do colonizador. O indígena aparece como subordinado, assimilado (deixa de ser indígena) ou como empecilho (vencido nas guerras, morto ou subjugado). Por volta do século XVIII, chega a ser enaltecido como matriz de uma identidade nacional, porém seu papel desde a chegada do colonizador foi secundarizado pela historiografia.

As duas situações postas historicamente resultaram, e ainda resultam, em genocídios e etnocídios, isto é, a morte física ou a morte cultural. É diante desta complexidade que se deve discutir a questão indígena no Brasil e, como metodologia, buscar essa construção na história.

Num dos trechos da Carta da fundação do Brasil, escrita por Pero Vaz Caminha, surge a primeira descrição dos indígenas feita por um europeu: “A feição deles é serem pardos, [à

maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos”. A carta segue apontando algumas características de comportamento: “Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam cobrir nenhuma coisa, nem mostrar suas vergonhas: acerca disso, estão em tanta inocência como têm em mostrar o rosto”. Por fim, Caminha afirma que são inocentes, portanto, preparados para se tornarem cristãos, uma intenção que, ainda na contemporaneidade, o Estado brasileiro atua para que eles sejam integrados à sociedade e desta forma deixem a condição de indígenas, tornando-se brancos, trabalhadores pobres e vivam nas periferias (CASTRO)⁴.

Para Todorov, assim nasce o Brasil. “A cada lugar, o nome do santo do dia: Todos os Santos, São Sebastião, Monte Pascoal. Antes de batizarem os gentios, batizou-se a terra encontrada. De certa maneira, desta forma, o Brasil foi simbolicamente criado. Assim, apenas, nomeando-o, se tomou posse dele, como se fora virgem” . Sendo assim, não se pode falar em encontro de culturas, por vezes difundida como uma ideia central encontrada disseminada em diversos contextos em que a questão indígena é tratada, como se fosse um encontro entre a cultura européia e a cultura indígena , esta hipótese não se sustenta como possibilidade histórica, ao contrário, uma leitura atenta deixa claro que esse é um momento de posse.

Antes de reconhecer a existência de outros povos, a empreitada portuguesa determina seus primeiros objetivos na recém terra invadida . Como sinaliza a carta de Caminha: “não duvido que

4. CASTRO. Eduardo Viveiros de. Os Involuntários da Pátria. (2016) - Aula Pública durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro - 20-04-2016 e reproduzido por Escola dos Saberes, abril - 2016

5. CUNHA. Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: História, direitos e cidadania. Citação de TODOROV, Tvetzan. A Conquista da América. A Questão do Outro. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1996.

6. Usar “Cultura indígena” foi necessário diante do fato de que desde o início não se reconheceu a diversidade étnica, usou-se a palavra índio, um erro histórico, mas também generalizante, de outra forma seria mais correto tratar como culturas indígenas, assim reconhecendo a diversidade étnica que caracteriza os povos indígenas no Brasil e no mundo.

eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé”.

Desse primeiro contato, apreendemos que desde a chegada dos primeiros colonizadores o indígena passa a se relacionar com o não índio. Entretanto, um imaginário que persiste, entre outros, é acreditar que ser índio significa manter-se da mesma forma que estava no século XVI, ou seja, “apresentar ou imaginar os índios como povos antigos, em processo de extinção, que viviam nus, da caça e da pesca numa floresta exuberante, à beira de um caudaloso rio”.

Desconsiderar os mais de 500 anos de contato e que muitos indígenas passaram a viver nos grandes centros e também que em muitas aldeias há computadores, televisores, celulares e outros equipamentos relacionados à vida urbana, consiste em aprofundar preconceitos, discriminações e a invisibilidade a que estão sujeitos.

Ao contrário da concepção de que os povos indígenas vivem num processo de integração e extinção, o que se afirma é um poderoso processo de resistência. Atualmente, no Brasil, segundo o Censo de 2010 do IBGE, há no território nacional 305 povos indígenas e ainda são faladas 274 línguas diferentes, o que revela uma imensa diversidade étnica. Manuela Carneiro da Cunha define: “O Brasil não é só megadiverso pela sua grande diversidade de espécies, ele também é megadiverso pelas sociedades distintas que abriga”. A população indígena

7. O uso da palavra “invadida” no texto faz uma referência ao conceito de decolonização, “(Walsh). O que sempre aparece nos livros didáticos como o “descobrimento do Brasil” para os povos indígenas representa uma invasão uma vez que se era e ainda é um território ocupado por esses povos.

8. A palavra “índio” corresponde ao um erro histórico, imaginou-se ter chegado às Índias, portanto índios, mas, além disso, passa a ser um conceito generalizante, ao afirmar que todos são índios, desconsidera-se a diversidade étnica.

no Brasil, segundo o Censo de 2010, oferece os seguintes dados: população total de 817.962 indígenas, sendo 502.782 vivendo em aldeias e 315.180 em áreas urbanas. Esse último dado chama a atenção para o deslocamento de grandes levas para as cidades, um fenômeno que também gera preconceitos, pois lugar de índio é no mato.

Consideramos alguns elementos que podem contribuir para a compreensão desse deslocamento dentro do território nacional e apresentar como razões objetivas que esse processo migratório se deu e se dá por conflitos fundiários, precariedade nas condições de sobrevivência no local de origem, terras que não são demarcadas ou ampliadas, ampliação das fronteiras agrícolas, programas desenvolvimentistas como a instalação de hidrelétricas, interesse de mineradoras, garimpos legalizados ou não, interesse de madeireiros e o próprio crescimento das cidades que vai cercando as aldeias, aqui mesmo no Estado de São Paulo, Capital, temos como exemplo os Guaranis do Jaraguá e Parelheiros.

Porém, a busca de encontrar melhores condições de vida nas cidades esbarra, inevitavelmente, num ambiente hostil permeado por preconceitos e invisibilidade. Essa condição, por vezes, leva a que venham a morar em áreas degradadas das periferias, sofrer com a invisibilidade ou preconceito quando se afirmam como índios, ocupar trabalhos com baixa remuneração e, quando produzem artesanatos para venda, não raro, são confundidos com camelôs e têm suas mercadorias apreendidas.

A condição descrita anteriormente demonstra com clareza que o Estado vem negando sistematicamente os direitos, já que existe uma concepção de que apenas aqueles indígenas que vivem

em seus territórios são detentores deles, um discurso também vazio, pois sabemos que mesmo estes sofrem com desrespeito e privação, negação e constantes ataques, como a intenção de aprovar a PEC 215, Portaria 303 da AGU, a CPI da FUNAI e INCRA, as constantes reintegrações de posse expulsando os indígenas de seus territórios, entre tantos outros.

Evidentemente, a luta e resistência dos povos indígenas, nesta longa noite que perdura por mais de 500 anos, há também algumas conquistas, porém são inconstantes e precisam que sejam entendidas como política de Estado para que sejam garantidas.

Por fim, “índio não é um conceito que remete apenas, ou mesmo, principalmente, ao passado – é-se índio porque se foi índio –, mas também um conceito que remete ao futuro – é possível voltar a ser índio, é possível tornar-se índio. A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado.” (CASTRO).

9

População negra

Para abordar a temática sobre a população negra devemos partir da premissa de que tais povos não surgiram com a escravidão, assim como nos contam os livros didáticos. Há uma história anterior, recheada de cultura e conhecimentos, que iniciam com o fato mais relevante para a humanidade que é, pois, o surgimento do homem no continente africano. A África, no sentido stricto da palavra, é o berço da humanidade. A abordagem com viés antropológico, sócio-histórico e político para recontar a história desses povos é priorizada, na medida

9. CASTRO, Eduardo Viveiros de.

em que nos referimos aos Povos Sujeitos de Direitos, re-presentando a história, ponderando como o viés ideológico, cultural e político presentes na construção do Brasil são regidos para criar hierarquias, racismo, preconceitos e discriminações.

A forma como introduzimos as reflexões foi elaborada na perspectiva da desconstrução das falsas imagens sociais, raciais e étnicas, positivas e negativas, instituídas pelas forças de representações, estereotipadas, adotadas para perpetuar hierarquias que inferiorizam povos indígenas e a população negra ao mesmo tempo em que enaltecem um padrão eurocêntrico.

Para ilustrar, podemos citar que no imaginário social coletivo ainda persiste a ideia de que os africanos foram escravizados porque não tinham cultura, porque eram fortes, porque já eram escravos, demonstrando o quanto são ignorados os fatores centrais para essa escravização como o domínio de tecnologias, da agricultura, da curtição do couro, da fundição de ferro, da domesticação de animais pelos africanos. No imaginário construído prevalece a ideia de povos sem resistência e afetos à dominação.

Partindo dessa construção, entende-se que dialogar sobre as relações raciais na sociedade brasileira se faz necessário, pois a construção da consciência social sobre as raças passa pela identificação do seu significado e pela forma como as pessoas se percebem.

Segundo Munanga, a imagem/identidade da população negra e indígena vai passar pela introjeção dos conteúdos destes discursos hegemônicos, constituindo-se no “imaginário social

coletivo”, o qual traz um desenho deformado, construído pela força de uma ideologia que propunha o branqueamento.

A complexidade das relações raciais, segundo Ianni (1996), orienta para desvelar as falácias sobre o início da colonização do Brasil, as “falsas imagens” produzidas, pela força dos mitos que sempre são convenientes à medida que ele reforça hierarquias para preservação da estrutura de classe, étnica e racial presentes nas relações sociais e de trabalho. (IANNI, 1996, pg. 4)

O autor afirma que, o estudo científico é o caminho necessário para identificar as estratégias ideológicas, organizadas de forma a fundamentar e estabelecer diferenças econômicas, sociais e políticas entre os diversos grupos étnico-raciais, pois possibilita perceber as ambiguidades e as incongruências que insistem em resenhar as relações sociais e raciais no Brasil. Todo o rigor científico das pesquisas realizadas para compreender as relações raciais no Brasil são necessários, pois o risco de incorrer em equívoco é real, na medida em que as construções sobre as imagens, especialmente, as negativas dos grupos étnico raciais, integram um todo ideológico que pode (ou é) reproduzido indiscriminadamente.

É preciso levar em conta que as manifestações de preconceito racial não representam o único alicerce do etnocentrismo ou do encontro com as demais culturas. Ianni (1996) fala da importante contribuição destes elementos. Mas a real dimensão do preconceito racial, observa-se quanto introduzido no contexto econômico-social em que se realizam. Neste sentido há a ideologia racial, as necessárias mudanças culturais e sociais – impostas, cuja compreensão ocorre quando apreendemos seu movimento no âmbito das relações sociais e de trabalho

escravizado, conteúdos essenciais às relações de dominação/exploração.

No sentido desta reflexão, a estrutura de classes sociais que se desenha após a abolição mantém as tensões fomentadas no período colonial e interfere diretamente no tipo de divisão social estabelecido, mas traz consigo o ranço da escravidão, marcada pela cor da pele, transportada para o interior da classe trabalhadora, onde a população negra é marginalizada e discriminada, determinantes que serão agravados por “força das “representações” criadas pelas teorias pseudocientíficas. (Munanga, 2006 & Filho, 2006).

Portanto, a equipe técnica da Subsecretaria da Igualdade Racial, nas Oficinas, Cursos, Rodas de Conversas e Palestras, busca redesenhar o processo de construção da sociedade brasileira; dentro dela, os povos indígenas e população negra, cujo tratamento desumano fazia parte do projeto de Brasil como nação branca. Entendendo que o resultado deste cenário de violações dos Direitos Humanos, é o empobrecimento, desigualdades e vulnerabilidades que incide sobre estes segmentos que buscam acessar as políticas públicas oferecidas nas diversas instituições públicas e privadas. Neste sentido, as formações precisam falar sobre o Racismo Institucional que explicita como são reproduzidos os comportamentos e ações racistas de caráter individual e no âmbito institucional e oferecer aporte teórico para problematizar a questão racial na saúde, educação, assistência social, segurança pública, expressa pelo acesso

10. O racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.22 Apud LÓPEZ, L.C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.)

desigual às políticas públicas, enquanto uma expressão do racismo e da discriminação racial. O modo como a população negra, indígena, cigana e migrante vivenciam situações cotidianas de violações tem relação direta com a herança colonial escravocrata, remontam hierarquias de gênero, raça e classe social, cuja ruptura estabelece desafios na implementação de políticas públicas que de fato alcancem e façam frente às demandas da população que delas necessitam.

Embora contemos com a adoção de legislações que criminalizam o racismo e, que, portanto, visam a produzir um referencial legal de punição para esses casos, além de leis que promovem e valorizam a história e cultura afro-brasileira e indígena. Nesta seara, ainda destacamos o Estatuto da Igualdade Racial com o propósito de fazer valer o princípio da igualdade, “a defesa dos direitos étnicos individuais” e “o combate à discriminação racial”. No entanto, embora seja um aparato importante, faz-se necessário que sejam aplicadas pelo conjunto de agentes que compõem o poder judiciário e a educação, por exemplo. Assim, a legislação por si só não cumpre a tarefa de conscientização a ponto de alterar o comportamento social coletivo e a situação dos povos historicamente discriminados.

Nossa proposta de trabalho em realizar a qualificação de servidoras e servidores públicos nas temáticas em foco, se faz de forma a evidenciar esta estrutura histórica e ideológica que naturaliza as opressões, a violência do racismo e o racismo institucional, propiciando condições para que um novo olhar sobre essas populações possa promover condições de equidade no conjunto das políticas públicas.

O silêncio que cala as denúncias das vítimas de racismo e

discriminação, passa pela naturalização de tais práticas, pelo grande apelo social para a desqualificação dos lugares de fala, ou seja, toda a gama de discriminações praticadas contra vidas humanas que são violentamente desrespeitadas e desvalorizadas pelo seu pertencimento étnico-racial, somada a outras condições como a de ser jovem, mulher, pobre etc., criam nestas pessoas sentimentos que ensejam desamparo, choro, angústia, tristeza, depressão, genocídio, suicídio, homicídio.

Discriminação múltipla ou agravada

Inúmeros levantamentos trazem indicadores que apontam para profundas desigualdades que marcam as relações sociais em nosso país. Na dinâmica que caracteriza este processo é possível reconhecer a existência de marcadores que identificam o pertencimento a determinados grupos e, concomitante a isso, uma lógica distorcida que transforma tais diferenças em critérios de hierarquização e exclusão, onde alguns grupos e os valores a eles ligados são considerados “inferiores” ou menos válidos.

Ao considerar, por exemplo, um contexto social fortemente organizado sob um ideário machista, fica reservado às mulheres um lugar de menor valor, menor capacidade, maior docilidade e fragilidade. Tais concepções culminam em fatos como os retratados em diversas pesquisas que apontam menores salários quando comparados homens e mulheres. Além disso, as torna mais vulneráveis a diversas formas de violência, em uma lógica hierarquizadora que “autoriza” homens a decidirem sobre corpos e vidas dessas mulheres. Mais que apenas a violência

doméstica, essas ideias se materializam em outros tipos, alguns menos explícitos, mas igualmente nocivos, como a violência sexual, psicológica e obstétrica.

Múltiplas discriminações precisam ser entendidas como componentes de uma dinâmica em que os fatores resultam em algo mais complexo do que sua mera soma. Neste sentido, uma mulher negra sofre discriminação em função do machismo/sexismo que permeia as relações em nossa sociedade, de maneira diferente de uma mulher branca - assim como também é submetida a vivências discriminatórias em função de seu pertencimento racial, porém diferente daquela que sofre um homem negro. Do mesmo modo, tais discriminações incidirão segundo uma dinâmica altamente complexa sobre os diversos grupos de mulheres: indígenas, ciganas, quilombolas, com deficiência, idosas, em privação de liberdade, ribeirinhas, entre tantas outras.

As ideias estereotipadas e hierarquizadoras permeiam todos os membros da sociedade em que circulam, logo os agentes públicos e demais profissionais não estão imunes a elas. Estas ideias motivam condutas no atendimento em saúde das mulheres, como no caso da assistência prestada no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos (planejamento familiar, contracepção etc). No caso das gestantes, a violência obstétrica promove comportamentos tais como não informar sobre procedimentos realizados, agressões verbais ou mesmo físicas, entre outros. No caso de uma gestante negra, os fatores gênero e raça se articulam no estereótipo da “boa parideira”, que necessitaria de menos anestesia na hora do parto por ser “forte”, por exemplo.

Se considerarmos uma mulher negra e lésbica, os marcadores de

raça, gênero e sexualidade vão atuar como fatores que interagem e produzem discriminações diferentes das que sofrem uma mulher branca heterossexual, um homem negro homossexual, uma mulher transexual branca etc. Submetida a mais de uma forma de opressão, a população negra LGBT se encontra ainda mais suscetível ao sofrimento das diversas formas de violência, podendo acumular em si mesmas também as violências com raízes nas questões de gênero e de classe. Essa sobreposição implica vivências muito particulares da vitimização por uma dinâmica que envolve mais de uma, senão várias, estruturas de marginalização (Rede AfroLGBT, 2016).

De acordo com o Mapa da Violência de 2016, morrem por armas de fogo no Brasil 2,6 vezes mais pessoas negras do que brancas. Enquanto entre os anos de 2003 e 2014 a taxa de homicídios por armas de fogo caiu 27,1% para pessoas brancas, a mesma aumentou para pessoas negras em 9,9%. Somado a isso, temos dados que apontam para altos índices de violência letal para a juventude, que cresce 32,4% para os jovens negros, enquanto recua 32,3% para os jovens de cor branca (Mapa da Violência 2014). Isso aponta para um recorte ligado à faixa etária da maioria das pessoas vitimadas pela violência urbana: a juventude preta, pobre e periférica.

Devemos também ter atenção para outras questões, tais como a discriminação oriunda das ideias estereotipadas que permeiam as religiões de matriz africana (demonizadas no longo processo de desconstrução de todas as manifestações ligadas às identidades negras) – instituída em uma dinâmica que pode levar, como noticiado em tempos recentes, até mesmo a agressões físicas, destruição de templos, entre outros atos. Por

fim, mas não menos importante, temos as questões relativas à população migrante, discriminados em função de seu status de “estrangeiro”. As manifestações xenofóbicas (que variam também dentro de um espectro que vai da desconfiança e evitação até segregação no espaço físico da cidade, submissão a condições subumanas de trabalho e mesmo, novamente, agressões verbais e físicas) podem ser potencializadas em muitas vezes quando consideramos o pertencimento étnico-racial: as muitas ideias estereotipadas levam, por exemplo, a qualificação muito diversa quando se consideram um cozinheiro francês e outro angolano, mesmo que o nível de competência profissional seja rigorosamente igual.

Somados estes fatores, podemos pensar no quanto a interação entre as múltiplas discriminações apontam para riscos agravados, sejam sociais, econômicos ou, até mesmo, para a vida das pessoas, em função de seu pertencimento étnico-racial, de gênero, espiritual/religioso, geracional, de identidade afetivo-sexual, origem nacional, etc. É preciso considerar todos estes elementos ao pensar em estratégias de enfrentamento, pois sua interrelação resulta em quadros mais complexos do que inicialmente se imagina - e por isso requerem abordagens específicas.

*** Palestra realizada dia 02 de fevereiro de 2018, pelos servidores Maurício, Wilson, Mabel, Indiamara, para os servidores da Prefeitura de Guarulhos, no 2º Ciclo de palestras sobre Políticas Públicas e Direitos Humanos**

Referências Bibliográficas

A outra saída do homem da África. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/21/sociedad/1398104706_813193.html>. Acesso em 17 out. 2018

BETTENCOURT, Lucia. “Cartas brasileiras: visão e revisão dos índios”. In: Grupioni, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.39-46.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História** - Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP. 1992

CARNEIRO, S. **Gênero e Raça**. Gênero Democracia e Sociedade Brasileira. Fundação Carlos Chagas – editora 34. São Paulo, 2002.

CASTRO Eduardo Viveiros de. A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado. In: Prisma Jurídico. v. 10, n. 2. São Paulo: **Prisma Jurídico**, jul. /dez. 2011, p. 257-268.).

_____. No Brasil todo mundo é índio, exceto que não é. In: RICARDO, Beto e RICARDO Fany. **Povos Indígenas** no Brasil. 2001/2005, São Paulo, Ed. Instituto Sócio Ambiental –ISA. 1ª ed. 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**, 2 volumes. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **O Mito Fundador e a Sociedade Autoritária**. História do Povo Brasileiro. Editora Perseu Abramo, 7ª. Edição, São Paulo, 2007.

_____. **Cidadania Cultural.** Conformismo e Resistência, Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1984.

_____. **Cultura e Democracia.** O Discurso Competente e Outras Falas. São Paulo. Cortez Editora, 2001.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado.** São Paulo. Ed. Cosac & Naif. 2003

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas e outros Ensaios.** São Paulo. Cosac Naify, 2009, p. 259

_____. **Índios no Brasil.** História, Direitos e Cidadania. São Paulo. Claro Enigma. 2012

_____. O Futuro da Questão Indígena. In: **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Org. Aracy Lopes da Silva e Luís Donizete Benzi Grupioni-Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995,

FARIAS, Yara da Silva. Tecendo Redes Territoriais: **O Movimento Migratório Pankararú para Real Parque/SP.** Brasília. 2 Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Estudos Comparados sobre as Américas –CEPPAC. 2010

GAUCHER, C. Walton, L. **História Mundial:** Jornadas do passado ao presente. Porto Alegre: Penso, 2011.

GOMES, Selma (org.) **Índios na Cidade de São Paulo.** São Paulo, CEPISP. Comissão Pró Índio de São Paulo. 2005

HARARI, Y.N. **Sapiens: Uma breve história da humanidade.**

Porto Alegre: L&PM, 2015

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

_____. **Visão do Paraíso**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. 2000.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 3ª ed. Brasiliense, São Paulo, 2004.

IPEA. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. 160 p.

LÓPEZ, L.C. **The concept of institutional racism**: applications within the healthcare field. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

MONTEIRO, Jhon Manuel. **Negros da Terra**: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras. 1995

NUNES, Eduardo Soares. **Aldeias urbanas ou cidades indígenas**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v.4, n1, p.9-30, jan./jun. 2010

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Série Via dos Saberes 2 – Coleção Educação para todos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

PARGA J. Sánchez. **Qué significa ser indígena para el indígena**.

Más allá de la comunidad y la lengua. Quito, Universidad Politécnica Salesiana, Editorial Universitaria Abya-Yala. Segunda edición. 2013

PATRÍCIO, Marlinda Melo. **“Índios De Verdade?”** O Caso dos Xipaia de Curuaia em Altamira –Pará. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia. Orientador: Prof. Dr. Louis Carlos Forline. Universidade Federal do Pará –2000.

Por que os primeiros homens deixaram a África. UOL. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/voce-sabia/por-que-os-primeiros-homens-deixaram-a-africa,a208c087e60ea310VgnCLD200000bbcce0aRCRD.html>>. Acesso em 17 out. 2018

Primeiros habitantes chegaram à América em três ondas migratórias. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2012/07/primeiros-habitantes-chegaram-america-em-tres-ondas-migratorias.html>>. Acesso em 17 out. 2018

REDE AFROLGBT. **Dossiê da Violência contra a População Negra LGBT**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://raceandequality.org/wp-content/uploads/2015/08/DossRede-Afro-2016.pdf>>. Acesso em 11 de maio de 2018

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. A Formação e o Sentido do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.

RIOS, R.R.; Silva, R. **Discriminação múltipla e discriminação**

interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 11-37.

SILVA, R. **Discriminação múltipla como discriminação interseccional:** o direito brasileiro e as intersecções de raça, gênero e classe. Centro universitário Ritter dos Reis. Disponível em: <https://www.uniritter.edu.br/uploads/eventos/sepesq/x_sepesq/arquivos_trabalhos/2968/543/576.pdf>. Acesso em 22 jun. 2018

THEVET, André. **As singularidades da França Antártica.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América.** A Questão do Outro. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1996.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014:** os jovens do Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso em 15 de março de 2018

_____. **Mapa da Violência 2016:** homicídios por armas de fogo no Brasil. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em 15 de março de 2018

WALSH Catherine. **INTERCULTURALIDAD, ESTADO, SOCIEDAD:** Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito. Primera edición: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, marzo 2009

Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão

SUBSECRETARIA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



Tema: Desperte seu olhar inclusivo!

Objetivos da palestra:

Oferecer subsídios teóricos técnicos para que os servidores ao final do encontro possam:

- Multiplicar os saberes com membros da família e do seu convívio social
- Utilizar técnicas adequadas na abordagem de pessoas com deficiência
- Evitar o olhar de vitimização da pessoa com deficiência
- Oferecer um atendimento digno a pessoa com deficiência

1ª parte: Panorama da pessoa com deficiência no Brasil

Características gerais da população de pessoas com deficiência - IBGE

Um total de 45.606.048 de brasileiros tem algum tipo de deficiência, totalizando 23,9% da população. A maioria são mulheres e negras. Vivem em áreas urbanas.

Segundo o censo, 67,7% dessas pessoas têm 65 anos ou mais. 24,9% têm entre 15 e 64 anos e 7,5% tem entre zero e 14 anos de idade.

Ainda na pesquisa, temos 35.774.392 pessoas que declararam

algum tipo de deficiência visual (entre cegueira total, baixa visão e algumas declarações que alguma dificuldade de enxergar)

Obs.: quem usa óculos não é deficiente visual

A deficiência física apresentou 13.265.599 pessoas com alguma situação de limitação. Já a deficiência auditiva apresentou 9.717.318 pessoas declarantes que não podem escutar de modo algum até leve perda auditiva. A deficiência intelectual apresentou o menor número, com 2.611.536 pessoas. Para comprovação de qualquer deficiência é necessário laudo médico.

Ainda segundo a pesquisa realizada em 2010, a maioria das pessoas se declararam sem instrução ou com fundamental incompleto (61,1), 17,7% informaram ter o ensino médio completo ou superior incompleto. E 6,7% declararam ter ensino superior. 14,2% declararam ter fundamental completo ou ensino médio incompleto.

2ª parte – pessoa com deficiência no mercado de trabalho

Em 2014 foi realizada uma pesquisa com empregados e empregadores de pessoas com deficiência. Segundo a pesquisa, o principal motivo para as empresas contratarem pessoas com deficiência ainda é a obrigatoriedade dada pela lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de pessoas com deficiência.

Art. 93 - a empresa com cem ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

- Até 200 funcionários..... 2%
- de 201 a 500 funcionários..... 3%
- de 501 a 1000 funcionários..... 4%
- de 1001 em diante funcionários... 5%

Segundo a pesquisa, a principal barreira para contratação de pessoas com deficiência ainda é a falta de acessibilidade, que obteve 65% das opiniões coletadas. A falta de preparo dos gestores também foi apontada nas pesquisas como uma barreira que impede a ampla participação das pessoas com deficiência na sociedade.

3ª parte - Terminologia

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015

PRECONCEITOS IMPLÍCITOS EM TERMOS POLITICAMENTE “CORRETOS”

“Infelizmente, o primeiro filho é deficiente; mas o segundo é normal” A normalidade, em relação a pessoas, é um conceito questionável, ultrapassado.

“Pior surdo é aquele que não quer ouvir” Existe melhor? Ser deficiente é uma condição e não uma opção.

“Ela é cega, mas mora sozinha” Na frase acima há um preconceito embutido: ‘Todo cego não é capaz de morar sozinho’

“Esta família carrega a cruz de ter um filho deficiente” Nesta frase há um estigma embutido: ‘Filho deficiente é um peso morto para a família’

“Ela foi vítima da pólio” A palavra vítima provoca sentimento de piedade.

(extraído da palestra de Romeu Kazumi Sassaki, 2017)

Para a produção de documentos e ofícios ou matérias e reportagens contendo terminologia enfocando pessoas com deficiência e até em nossas conversas diárias, deve-se atentar para que as expressões ou termos utilizados não reforcem a segregação ou contribuam para legitimar a discriminação e os preconceitos que envolvem as pessoas com deficiência. Muitos termos e expressões utilizados em meios de comunicação e materiais distribuídos em eventos estão desatualizados, evidenciando a discriminação. Para reverter esse quadro, torna-se necessário a adoção de uma postura mais atenta e

menos vitimizadora. A adoção de termos ditos “politicamente corretos” não contribuem para a inclusão.

* extraído da palestra “VII Encontro Estadual de Gestores de Comunicação do Estado de São Paulo”

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana. (convenção dos direitos da pessoa com deficiência)

4ª parte – Contexto histórico

EXCLUSÃO SOCIAL. A partir deste paradigma, a pessoa com deficiência foi simplesmente ignorada, eliminada, afastada totalmente da sociedade. Ela foi considerada indigna de receber educação escolar.

SEGREGAÇÃO INSTITUCIONAL. Faz referência à segregação de pessoas com deficiência em grandes instituições. No século XIX, foram criadas grandes instituições que recebiam milhares

de pessoas. Os prédios eram enormes, com capacidade para dez mil pessoas, cinquenta mil pessoas [...]. Nessas Instituições havia um pouco de ensino religioso, uma alfabetização básica, superficial, mas principalmente comida, roupas e um local pra morar junto com outras pessoas com deficiência.

HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA SEGUNDO AS ABORDAGENS INSTITUCIONAIS

Modelo de rejeição: Deixar a pessoa com deficiência fora do convívio na sociedade (EXCLUSÃO SOCIAL).

Modelo caritativo: Ação paternalista face à pessoa com deficiência como objeto de piedade (SEGREGAÇÃO SOCIAL).

Modelo médico: Só aceitar pessoas com deficiência que sejam capazes de atuar no contexto comum (INTEGRAÇÃO SOCIAL).

Modelo social: Mudar a sociedade para receber todas as pessoas, com ou sem deficiência (INCLUSÃO SOCIAL).

“Nada para nós, sem nós”

Fonte: adaptado da apostila Terminologia Acessível na Era da Inclusão (p.10) de Romeu Kazumi Sassaki, apresentada durante o VI Encontro Estadual de Gestores de Comunicação: Comunicação Inclusiva na era digital, em São Paulo (2017).

5ª parte – Mensagem final

Muitas pessoas ficam confusas quando encontram um ser humano com deficiência. Isso é natural. Todos nós podemos nos

sentir desconfortáveis diante do “diferente”. Esse desconforto diminui e pode até mesmo desaparecer quando existem muitas oportunidades de convivência entre pessoas com e sem deficiência. Não faça de conta que a deficiência não existe.

Se você se relacionar com uma pessoa deficiente como se ela não tivesse uma deficiência, você estará ignorando uma característica muito importante dela. Dessa forma, você não estará se relacionando com ela, mas com outra pessoa, uma que você inventou, que não é real. Aceite a deficiência. Ela existe e você precisa levá-la na sua devida consideração.

Não subestime as possibilidades nem superestime as dificuldades. No convívio com deficientes, aja com naturalidade, pois eles apresentam as mesmas características de qualquer ser humano, ou seja, eles podem conviver socialmente, estudando, trabalhando, tornando-se pessoas autossuficientes.

Por Dorina Nowill

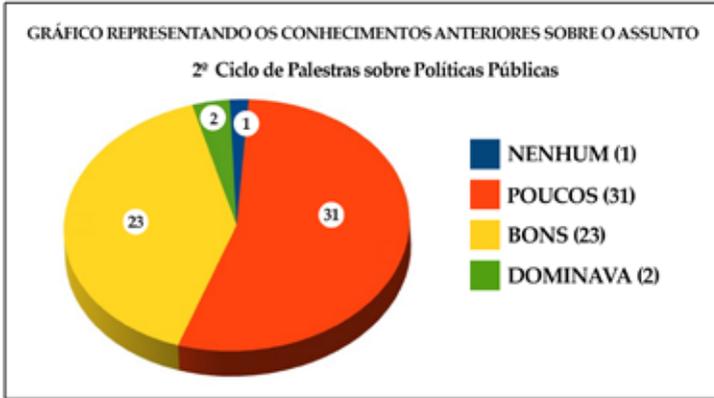
Referências utilizadas

Apostila terminologia acessível na era da inclusão - Romeu Sasaki

Recomendações aos gestores de comunicação - Maria Isabel da Silva - SEDPD

Pré-teste

No pré-teste aplicado com servidores de Guarulhos em uma amostra de 62 pessoas, encontramos 31 pessoas que declararam inicialmente ter poucos conhecimentos sobre o assunto .



Para a grande maioria, 47 pessoas declararam que o objetivo de fazer o curso foi para adquirir conhecimentos.



Segundo a pesquisa, 37 pessoas opinaram que o motivo pelo qual as empresas contratam pessoas com deficiência é o cumprimento da cota.



A grande maioria que participou do pré-teste também declarou usar o termo correto: pessoa com deficiência



SUBSECRETARIA DA JUVENTUDE



Subsecretaria da Juventude

Tema: Juventude e Políticas Públicas

Na **Conferência Municipal de Juventude de Guarulhos**, realizada em 2008, uma das reivindicações dos movimentos juvenis ali representados foi a criação de um órgão público responsável por criar, fomentar e fiscalizar políticas públicas de juventude, com os propósitos de garantir e de concretizar os direitos da população que tem entre 15 e 29 anos. Assim, no ano seguinte, foi criada a Coordenadoria da Juventude e que, em 2017, se tornou a Subsecretaria da Juventude - uma das seis subsecretarias que compõe a pasta da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Guarulhos.

JUVENTUDE E PRECONCEITO

Segundo o IBGE, há 51,3 milhões de jovens no Brasil atualmente. Mais da metade deles trabalha. Cerca de um terço estuda. E um quinto deles trabalha e estuda, vivendo sob uma rotina física e mentalmente extenuante, ao mesmo tempo em que toma as decisões pessoais, acadêmicas e profissionais mais importantes da vida.

Ainda assim, há uma série de preconceitos generalizados em relação a essa parte da população. Eles têm a má reputação de ser irresponsáveis, inconsistentes, imediatistas, superficiais, mimados e egocêntricos. Preconceitos assim não são propriamente uma novidade nas sociedades humanas.

No século V a.C., por exemplo, Sócrates já reproduzia o

preconceito, dizendo: “Os jovens de hoje gostam do luxo. São malcomportados, desprezam a autoridade. Não têm respeito pelos mais velhos e passam o tempo falando, em vez de trabalhar. Não se levantam quando um adulto chega. Contradizem os pais, apresentam-se em sociedade com enfeites estranhos. São apressados à mesa e tiranizam os seus mestres”.

Na maioria das vezes, tais juízos negativos sobre a população juvenil de qualquer época ou país apenas expressam preconceitos e conflitos intergeracionais históricos e permanentes entre os humanos. Mas será que os jovens são mesmo assim?

O PROTAGONISMO DO JOVEM NO MUNDO

Basta uma olhada nos grandes jornais, nas redes sociais, nas crônicas esportivas, nos cadernos de cultura e nos rankings das empresas mais ricas do planeta para percebermos que o protagonismo juvenil no mundo contemporâneo é inegável.

Há inúmeras histórias emblemáticas que ilustram esse protagonismo. Mark Zuckerberg, por exemplo, se tornou uma das maiores fortunas do mundo com muito estudo, trabalho, inovação e senso de oportunidade. Após ter criado, em 2004, a rede social mais acessada do planeta, o Facebook, ele desencadeou uma verdadeira revolução dos costumes, produzindo impactos mundiais no modo como as sociedades se organizam e na forma como as pessoas se relacionam, consomem e se mobilizam social e politicamente.

Na esteira de jovens como Zuckerberg, há outras centenas de milhares de personalidades pelo globo que estão inovando,

gerando riqueza, produzindo ciência e cultura, ingressando na política e mudando o mundo por meio de ONGs, projetos sociais, órgãos públicos e entes privados.

Malala Yousafzai, a jovem paquistanesa conhecida mundialmente por sua luta pela defesa dos Direitos Humanos das mulheres e do acesso à educação em sua região natal, foi a pessoa mais jovem a ser laureada com o Prêmio Nobel da Paz, com apenas 14 anos de idade. Menos famosa, a jovem Brittany Wenger tinha apenas 15 anos, quando a sua paixão por ciência e a sua empatia por uma amiga doente a levou a descobrir métodos baratos e eficazes de diagnóstico de doenças graves e agressivas, como o câncer e a leucemia, sendo premiada pelo Google e se tornando celebridade no mundo da Ciência.

NO BRASIL

No nosso país não é diferente. Em 2012, por exemplo, quatro jovens com menos de 25 anos fundaram o Portal Atados, uma plataforma de estímulo ao voluntariado em que as pessoas conseguem facilmente encontrar ONGs com as quais podem cooperar na construção de uma sociedade melhor. Outro caso famoso é o da jovem catarinense Isadora Faber, que criou a página Diário de Classe, aos 14 anos, para denunciar os problemas estruturais e a escassez de recursos da escola onde estudava. Ela ficou conhecida no mundo todo e criou uma ONG com o seu nome – uma iniciativa para melhorar os indicadores da Educação no Brasil.

As chamadas “jornadas de junho de 2013” e todas as manifestações políticas ocorridas de lá para cá também são

exemplos de como os jovens estão se mobilizando politicamente, exigindo direitos, cobrando mudanças e participando organicamente das reformas políticas, culturais e sociais de que o País tanto necessita.

QUATRO ERROS A EVITAR

Ao falar de juventude, há quatro erros muito comuns que não podemos cometer:

- Primeiro, encarar a juventude apenas como uma fase de transição. A verdade é que toda fase da vida é de transição. É isso que significa estar vivo, aliás. É preciso olhar para a juventude como uma fase de transformação e de construção de uma vida que nos acompanhará por longos anos, até a velhice.
- Segundo, conceber a juventude no singular. Não podemos compreender os jovens por meio de generalizações e preconceitos, como se eles constituíssem uma massa uniforme e monocromática. É preciso compreender a diversidade de juventudes que há no Brasil, com todos os seus recortes – etários, socioeconômicos, raciais, religiosos, regionais, sexuais etc.
- Terceiro, subestimar ou superestimar a juventude de hoje. Os preconceitos e as generalizações geralmente conduzem a fantasias. Expressões como “esta é a pior geração até aqui” ou “juventude de hoje é a mais inteligente da História” são exageros a ser evitados, para fins de uma compreensão melhor e mais acurada da realidade.
- Quarto, tomar a juventude de hoje pela juventude de ontem.

A atual geração de jovens passa por uma experiência de vida completamente diferente das outras. As relações pessoais, o modo de consumir produtos, serviços e bens culturais, o volume de informações a que têm acesso etc. configuram um ambiente praticamente alienígena para os jovens dos anos 1980, por exemplo.

Para compreender os jovens e desenhar políticas públicas de juventude relevantes, pertinentes e eficientes é preciso evitar os erros acima e ouvir o que os próprios jovens têm a dizer – por meio de suas expressões discursivas e não discursivas.

O QUE DIZEM OS JOVENS?

Uma importante pesquisa publicada em outubro de 2016 (Famecos - PUCRS), revela o que pensam e querem os jovens brasileiros. Vejamos:

Segundo a pesquisa, 70,24% dizem ter interesse em política, 66% buscam conteúdo acadêmico na internet, 76,41% enxergam como negativo o atual momento do Brasil, 48,18% desejam empreender e 82,42% acreditam na importância do voto consciente.

Por outro lado, a realidade do jovem brasileiro ainda é bastante dramática e desafiadora. Segundo o IBGE, os jovens correspondem a mais de 50% dos desempregados, cerca de 70% da população carcerária e mais de 30% deles vivem com menos de meio salário mínimo.

POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE (PNJ)

Com vistas a esse cenário tão diverso e tão carente em que se dá o drama da população juvenil no Brasil, o Governo Federal estabelece quatro dimensões da vida do jovem que precisam ser contemplados pelas políticas públicas de juventude: tratam-se das dimensões Desenvolvimento Integral, Qualidade de Vida, Vida Segura e Participação Juvenil.

Na dimensão do Desenvolvimento Integral, incluem-se a educação, o trabalho, a cultura e a comunicação, com suas tecnologias e garantias de liberdade de expressão. Na dimensão da Qualidade de Vida estão o esporte, o lazer, o cuidado com o meio ambiente e a atenção à saúde física e mental. Na dimensão da Vida Segura, são contempladas as políticas de valorização da diversidade e de respeito aos Direitos Humanos. Por último, na dimensão da Participação Juvenil, incluem-se os instrumentos de participação política dos jovens na sociedade e também a institucionalização das políticas públicas de juventude que deram certo e que devem se tornar permanentes.

Essas dimensões dialogam com os direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude, lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. É essencial considerá-las para a elaboração, o fomento e a fiscalização de políticas públicas voltadas para os jovens.

O SUCESSO DA CASA DO JOVEM

De 2017 em diante, a Subsecretaria da Juventude de Guarulhos tem realizado programas e expandido as suas políticas públicas, avançando sobre questões que precisam ser equacionadas no Município, com vistas à garantia e à concretização dos direitos já estabelecidos em nível nacional, estadual e municipal.

Conheça alguns dos nossos programas e políticas:

- A Casa do Jovem (CJ) é o espaço aberto ao público, onde a Subsecretaria da Juventude oferece treinamentos, oficinas e cursos (como Inglês, pré-vestibular e informática), aulas de zumba, capoeira e jazz e um excelente programa de orientação profissional em pequenos grupos. Além disso, são realizadas na Casa do Jovem reuniões de articulação política com lideranças juvenis, grêmios estudantis, movimentos sociais, fazedores de cultura e com parceiros públicos e privados que ajudam a ampliar o alcance de seus projetos.
- A Feira do Estudante é uma política pública já consolidada, que vai para a sua 9ª edição e que, só nos dois últimos anos, alcançou cerca de 30 mil jovens, com orientação profissional e acadêmica, disponibilização de milhares de vagas de estágio e atividades como palestras, workshop e serviços de consultoria sobre mercado de trabalho, empreendedorismo e carreira.
- O Juventude no Parque também é um programa de inclusão social e disseminação de cultura, por meio da ocupação de espaços públicos, com ofertas de serviços dos órgãos da Prefeitura, atividades físicas, intervenções culturais, shows e

estímulo à liberdade de expressão e à produção de arte e cultura por parte dos jovens.

- O CJ na Escola é um catálogo de programas que já alcançou mais de 6 mil jovens, por meio dos quais a Subsecretaria da Juventude leva diversos serviços da Casa do Jovem até os alunos do ensino médio das escolas da rede pública do município, em parceria com entes públicos e privados e com artistas e voluntários legitimados pela atuação séria e comprometida com as juventudes de Guarulhos.

- A campanha Amigo Estou Aqui é um conjunto de ações permanentes de prevenção ao suicídio e à depressão na juventude que já atendeu mais de 20 mil jovens, com os objetivos de conscientizar, sensibilizar e orientar a população juvenil quanto à seriedade e à gravidade de problemas relacionados aos transtornos mentais e sociais que contribuem para os altos índices de suicídio de jovens.

Estas são apenas algumas das diversas políticas públicas estabelecidas a partir da Subsecretaria da Juventude e executadas por uma equipe multidisciplinar de servidores públicos, sob a coordenação do subsecretário Erick Watanabe.

***Palestra realizada dia 20 de fevereiro de 2018, pelo servidor Leonardo, para os servidores da Prefeitura de Guarulhos, no 2º Ciclo de palestras sobre Políticas Públicas e Direitos Humanos**

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES



Subsecretaria de Políticas para Mulheres

Tema: Políticas para as Mulheres no Município de Guarulhos

A **Subsecretaria de Políticas para Mulheres** foi criada no Município de Guarulhos em 2009 e tem como missão formular, propor e articular políticas de promoção da igualdade de gênero, de maneira transversal e com o apoio de outras unidades administrativas da Prefeitura e setores da sociedade civil, além de elaborar programas de ações afirmativas ou medidas especiais visando o cumprimento de acordos, convenções, declarações e planos de ação internacionais firmados pelo Brasil e que digam respeito à promoção da igualdade de gênero.

A estrutura se dá da seguinte forma: **Setor Administrativo**, **Casas e Espaços da Mulher Clara Maria** e o **Centro de Referência em Atendimento a Mulher em Situação de Violência Doméstica** (Casa das Rosas, Margaridas e Betes).

O **Setor Administrativo** articula, promove e planeja programas de cooperação com organismos públicos e privados, regionais, nacionais e internacionais visando à promoção da igualdade de gênero, estimulando a participação de Guarulhos nos fóruns de governo e da sociedade civil organizada, em todos os âmbitos. Protagoniza diversos eventos com o propósito de sensibilizar a sociedade enfatizando as conquistas femininas, a valorização da mulher e a ampliação de direitos sociais.

Organiza na cidade, com o apoio de outros setores da Prefeitura e da sociedade civil, os Meses Especiais de Gênero, comemorados em março (Dia Internacional da Mulher), em agosto (Mês

da promulgação da Lei 11.340 – Lei Maria da Penha) e em novembro (16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, de 25 de novembro a 10 de dezembro).

A Subsecretaria de Políticas para Mulheres participa do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, criado em 2005 pela Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República. O programa consiste em disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho. É dirigido a empresas de médio e grande porte, públicas e privadas, com personalidade jurídica própria. A adesão ao programa é voluntária.

Participa da Rede Guarulhense de Não Violência à Mulher, projeto criado em 2002, com atuação articulada entre o setor público, serviços não governamentais e a sociedade civil, visando à ampliação e à melhoria na qualidade do atendimento às mulheres em situação de violência.

Vinculado à Subsecretaria de Política para Mulheres temos o Conselho Municipal de Política para Mulheres, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, propositivo e fiscalizador e que tem por finalidade:

I - acompanhar, avaliar e monitorar as políticas e ações do governo municipal dirigidas às mulheres;

II - apontar e formular as diretrizes da política municipal para a promoção da igualdade de gênero; e

III - combater toda e qualquer forma de discriminação contra a mulher.

Ampliando as ações de enfrentamento à violência doméstica, em 2017, em uma parceria inédita com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, apresentamos o Mapa da Violência contra a Mulher, com números oficiais obtidos através de Boletins de Ocorrência lavrados especificamente na cidade de Guarulhos. Através desses dados foi possível mapear os bairros onde o índice de violência doméstica é maior e assim pensar, propor e articular políticas públicas mais eficazes.

Em março de 2018 foi lançado em parceria com a Secretaria de Transporte e Trânsito o “Botão do Pânico” que tem o objetivo de denunciar atos de violência no transporte público de Guarulhos em tempo real, incluindo o abuso sexual. O “botão do pânico” – oficialmente Botão de Incidentes Graves (BIG) está disponível no aplicativo CittaMobi.

Em abril de 2018 foi assinado o termo de cooperação técnica entre o Ministério Público do Estado de São Paulo e a Prefeitura de Guarulhos, com o intuito de implantar o projeto “Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde de Família” em cumprimento à Lei Municipal 7.600/17, que tem como foco a sensibilização das mulheres guarulhenses quanto à questão da violência doméstica através do trabalho dos agentes de saúde do município que serão capacitados pelo MP e ao final estarão aptos a orientar a mulher a buscar serviços especializados para romper com a violência usando para isso cartilhas, orientações e os endereços de locais aptos a dar o atendimento adequado às mulheres em situação de violência no município.

Em julho de 2018 lançamos o Projeto “E eu com isso? Dialogando sobre Violência Doméstica”, projeto pensado como intervenção após o levantamento do Mapa da Violência Doméstica em

Guarulhos, tendo em vista os altos índices de violência registrados no município. O projeto tem como objetivo a informação e orientação da sociedade civil a cerca do fenômeno violência doméstica.

Em agosto de 2018 teve início no município a Patrulha Maria da Penha com o objetivo de estabelecer uma relação direta com a comunidade, assegurando o acompanhamento e atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que estão com medida protetiva.

Seguindo a estruturação da Subsecretaria de Política para Mulheres temos as **Casas e Espaços da Mulher Clara Maria** que estão localizadas em seis bairros de Guarulhos, sendo eles Jardim Bom Clima, Pimentas, Haroldo Veloso, Jardim Vila Galvão, Recreio São Jorge e Jardim Ponte Alta. Ofertamos atividades variadas para as usuárias do serviço, como cursos que possibilitam geração de renda, encontros temáticos e rodas de conversa sobre temas femininos, além do atendimento na área de Serviço Social. O público atendido é formado por mulheres de variadas faixas etárias, baixa renda e pouca escolaridade. Vale ressaltar que Guarulhos é a única cidade do Brasil que tem este projeto específico que atende prioritariamente mulheres em situação de vulnerabilidade e que privilegia a autonomia das mulheres.

Um dos projetos desenvolvidos nas Casas e Espaços da Mulher Clara Maria é o Ser Gestante, onde as mulheres se reúnem por meio de seis (06) encontros propiciando um espaço de formação às mulheres participantes, acerca de seus direitos enquanto gestante/nutriz. São abordados temas como planejamento familiar e direito reprodutivo, amamentação, violência

doméstica, relações de gênero entre outros, garantindo assim o direito a informação, reflexão e troca de saberes entre as participantes. Na execução do Ser Gestante temos como parceria o Fundo Social de Solidariedade e Secretarias de Assistência Social e da Saúde.

Para finalizar a estruturação temos o **Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica** – Casa das Rosas, Margaridas e Betes, política pública presente no município desde 2002. Um serviço especializado que atende a mulheres adultas com idade de 18 a 60 anos, oferecendo atendimento nas áreas de Serviço Social, Psicologia e Orientação Jurídica. A “Casa das Rosas”, como é mais conhecida, propicia uma abordagem humanizada e acolhedora que possibilita à mulher buscar mecanismos para romper com o ciclo de violência, também atua na formação, informação e conscientização com foco no combate a violência doméstica, através de atividades externas em diversos setores da sociedade civil e poder público.

Ainda temos um longo caminho pela frente, sabemos que os desafios e dificuldades são muitos, mas a vontade de trabalhar em prol da mulher guarulhense é muito maior. Estaremos sempre unidos para erradicar a violência doméstica contra as mulheres em nosso município.

***Palestra realizada dia 23 de fevereiro de 2018, pelos servidores Maurício e Fabiana, para os servidores da Prefeitura de Guarulhos e sociedade civil, no 2º Ciclo de palestras sobre Políticas Públicas e Direitos Humanos**

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA O IDOSO



Subsecretaria de Políticas para o Idoso

Tema 1: O processo de envelhecimento na cidade de Guarulhos, considerando os dados dos Censos demográficos do IBGE de 2000, 2010 e Projeções da Fundação Seade

O Município de Guarulhos, um dos 39 da Região Metropolitana do Estado de São Paulo, é cortado por duas principais Rodovias Federais (Presidente Dutra e Fernão Dias) e pela Rodovia Estadual Ayrton Senna e está estrategicamente posicionado entre o principal eixo de desenvolvimento do País, formado pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A população total era de **1.221.979** segundo o Censo IBGE **2010** e projeção de **1.325.750** habitantes para **2018**, segundo a Fundação Seade. No que diz respeito à população idosa (acima de 60 anos), segundo o último censo do IBGE em **2010**, era de **100.586**, ou seja, **8,23%** em relação à população total. A projeção, de acordo com a Fundação Seade para **2018**, será por volta de **148.000**, que correspondente a, estimativamente, **11,16%** em relação à população total. A previsão é que para 2050 esse número se aproxime dos **25,34%**, ou seja, mais do que dobrando o percentual da população idosa em relação à população do município. Ainda sobre esta questão vale ressaltar, que em comparação a média da Região Metropolitana de SP – RMSP (**13,58%**) e a Média do Estado de São Paulo (**14,43%**), Guarulhos tem o menor percentual de idosos em relação à população total. Com efeito, o fluxo migratório, a pouca oferta de serviços públicos destinados à população idosa de Guarulhos, somada à capacidade de atração de municípios do grande porte da RMSP, como é o caso São Paulo, que possui um dos maiores e

mais complexos hospitalares do país, justificam de certa forma, o maior índice percentual de população idosa em relação à população total, conferido a RMSP e ao Estado.

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO MUNDIAL NO BRASIL

Em 1950, segundo a **Organização das Nações Unidas – ONU**, a população **com mais de 60 anos** correspondia a **8,1%** da população mundial, em **2010**, passa a representar **11%** de toda a população e, em **2050**, este segmento deverá corresponder a **21,9%** de toda a população mundial. A população idosa está aumentando, não apenas em sua totalidade, mas também em seus segmentos mais avançados. A população mundial **com mais de cem anos deverá aumentar 15 vezes entre 1999 e 2050, passando de 145 mil para 2,2 milhões.**

As alterações demográficas na estrutura social brasileira, segundo o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo 2010** indicam que **11,1%** da população total do Brasil tem mais de 60 anos (**Estatuto do Idoso – Lei Federal nº. 10.741/2003 - São considerados idosos pessoas com idade igual ou superior a 60 anos**). Cerca de **4,9%** têm 70 anos ou mais, seguindo a tendência dos países desenvolvidos. As projeções para 2050 apontam para **25%** da população brasileira com mais de 60 anos, enquanto que a população infanto-juvenil, de zero a 14 anos, representará **13,15%**. A expectativa de vida ao nascer aumenta a cada ano e, desde **1940**, já cresceu **27,28** anos: de apenas **45,5** anos em **1940**, ampliou-se para **72,78** anos em **2008**, **73,1** em **2010**, e projeta-se para **81,29** anos em **2050**.

A transição demográfica vivenciada atualmente no Brasil é um processo histórico que envolve a combinação de vários fatores, relacionados, principalmente, aos avanços científicos e tecnológicos, como os da medicina e a elevação da qualidade de vida. A queda nas taxas de mortalidade nos primeiros anos de vida e a diminuição nas taxas de fecundidade amplia, proporcionalmente, os grupos adultos e pessoa idosa.

Municípios	Pop 2017	% Pop 2017	ProjPop Idosa2017	RIC 2017	Pop 2020	% Pop 2020	ProjPop Idosa2020	RIC 2020
São Caetano	150.860	21,66	32.676	147,47	151.244	23,10	34.932	157,50
Santo André	688.899	16,32	112.428	92,83	693.867	17,77	123.293	102,66
São Paulo	11.696.088	14,33	1.676.049	74,30	11.869.660	15,61	1.852.854	82,20
São Bernardo do Campo	799.645	13,42	107.312	71,37	812.086	15,06	122.274	81,93
Mogi das Cruzes	419.486	12,71	53.317	61,69	432.905	14,03	60.748	70,73
Osasco	676.149	12,31	83.234	60,69	680.964	13,68	93.147	68,76
Mauá	447.911	11,09	49.673	56,08	460.132	12,56	57.797	66,02
Guarulhos	1.313.169	10,74	141.034	49,67	1.351.275	12,04	162.662	57,41
Diadema	399.510	10,42	41.629	48,69	404.477	11,81	47.787	56,47

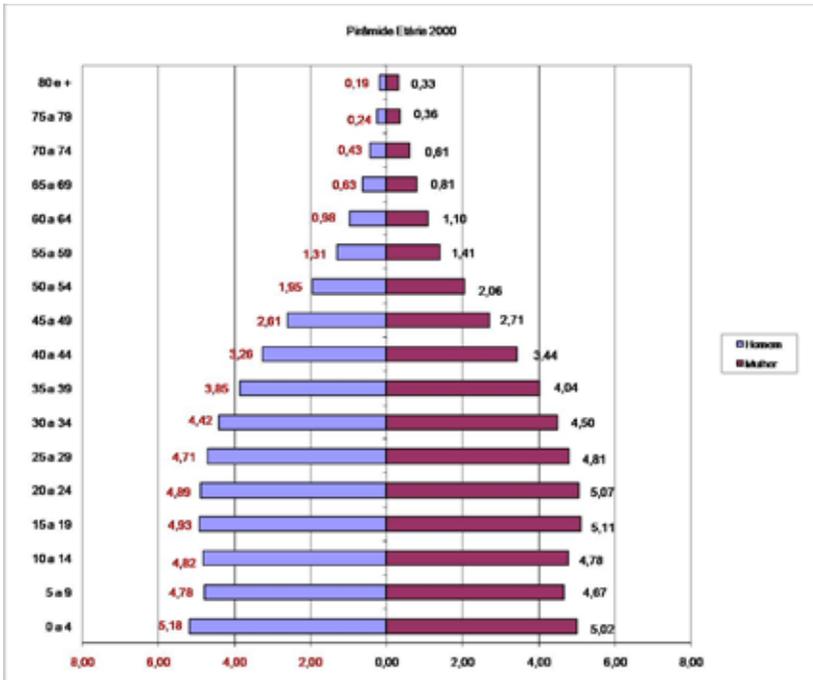
Fonte: Projeções Fundação Seade – Região Metropolitana SP (RMSP) – Municípios acima de 300.000 hab.

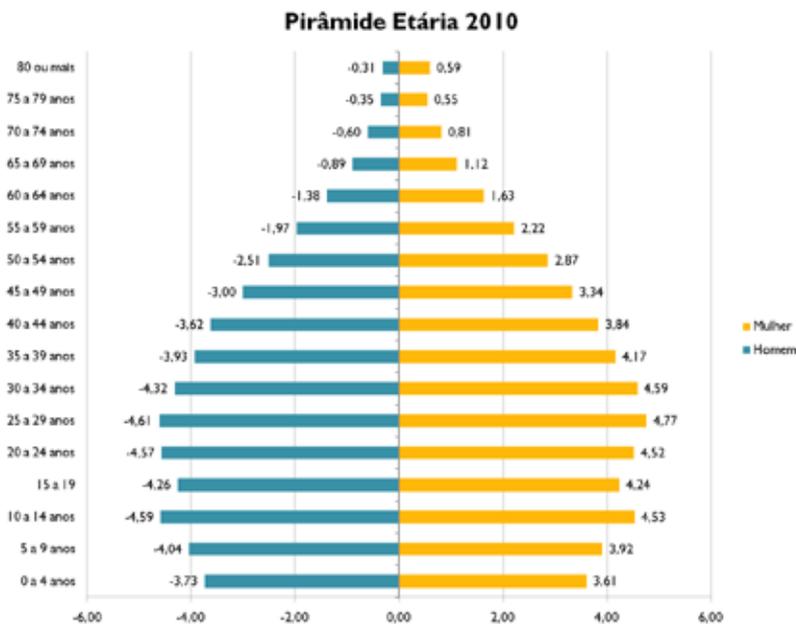
O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO EM GUARULHOS E MUNICÍPIOS DA RMSP

Segundo os dados de projeção populacional da Fundação Seade acima, Guarulhos não possui uma grande capacidade de atração e retenção da população idosa em seu território em relação aos outros municípios da RMSP com população acima de 300 mil habitantes. Conforme os dados da projeção

da Fundação Seade, tanto a relação idoso/criança (% percentual da população idosa em relação à população de crianças e adolescentes) como o percentual de população idosa em relação à população total, Guarulhos figura abaixo dos principais municípios da RMSP. A capital São Paulo, por exemplo, com seu vasto complexo hospitalar tem sido um dos principais motivos de atração e retenção dos idosos na capital paulista. Santo André, São Bernardo e São Caetano, como berços das indústrias metalúrgicas do Estado de São Paulo, também tem esta capacidade, assim como Osasco por abrigar a sede do Banco Bradesco.

Pirâmides Etárias – Censos IBGE 2000 e 2010





Pirâmide Etária Guarulhos 2000 e 2010 (acima)

Constatamos uma diminuição na base da pirâmide (zero a quatro anos) referente ao período referente aos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Como já foi colocada, esta diminuição está relacionada aos avanços científicos e tecnológicos, como os da medicina e a elevação da qualidade de vida. Vale salientar também a diminuição da taxa de fecundidade, ou seja, a diminuição da quantidade de filhos por mulher. Nas décadas de 1960 e 1970, este quantitativo girava em torno de cinco a seis filhos por mulher, em 2010, este quantitativo diminuiu consideravelmente para 2,1 filhos por mulher. Um aumento também nas faixas acima de 60 anos com destaque, assim como acontece com a população brasileira, para a maior proporção para população feminina, uma vez que a população masculina,

além de não cuidar adequadamente da sua saúde, está mais exposta às causas violentas de homicídios, como acidentes de carro e brigas.

Relação Idoso Criança RIC 2000-2010-2020

Quadro Geral - Indicadores Demográficos - Guarulhos							
Variáveis/Ano	1980	1991	1996	2000	2010	2015*	2020*
RIC (Relação Idoso Criança)	9,92	14,6	16,46	19,44	33,69	45,06	57,41
Mulheres em Idade Fertil (15 a 49 anos) % de Mulheres em relação a População Total	26,24	28,18	29,27	29,67	29,46	29,17	28,06
Razão de Dependência (RD)	71,39	61,74	55,81	53,71	48,50	47,00	49,26
Razão de Sexo Total (RS)	101,64	99,07	98,33	96,75	94,91	94,98	95,01

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991, 1996 (contagem), 2000 e 2010. Projeções Fundação Seade 2015 e 2020.

Conforme consta da tabela acima, o indicador Relação Idoso Criança - RIC (% da população idosa em relação à população de crianças e adolescentes) de 2000 a 2020 quase triplicou neste período. Não obstante, se considerarmos os períodos de 2000 a 2010 e de 2010 a 2020, este indicador quase dobrou. O indicador RIC reflete o envelhecimento de uma população apontando a proporção de população idosa em relação à de crianças e adolescentes, ou seja, quanto maior a proporção de idoso em relação às crianças e adolescentes, maior o envelhecimento. Com efeito, a diminuição da taxa de fecundidade, somada aos avanços tecnológicos na área da medicina, são responsáveis pelo aumento do contingente de população idosa em relação à população de crianças e adolescentes.

Incremento (volume) populacional 1980-1991, 1991-2000 e 2000 e 2010

Gr Idade			1980- 1991			1991- 2000			2000- 2010
	1980	1991	Incr (Vol)	1991	2000	Incr (Vol)	2000	2010	Incr (Vol)
0 a 14	200.635	262.438	61.803	262.438	313.829	51.391	313.829	298.521	-15.308
15a59	308.930	487.096	178.166	487.096	697.872	210.776	697.872	822.872	125.000
Ac 60	19.918	38.332	18.414	38.332	60.960	22.684	60.960	100.586	39.626
TG	529.483	787.866	258.383	787.866	1.072.717	284.851	1.072.717	1.221.979	

Fonte: IBGE, Censos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Conforme tabela acima, podemos constatar que o incremento (volume/quantidade) da população idosa referente aos Censos 2000-2010 é quase o dobro em relação ao incremento (volume/quantidade) da população idosa apontado nos Censos 1991-2000, enquanto que o incremento (volume/quantidade) de população de crianças (zero a 14) correspondente aos Censos 2000-2010 é negativo, ou seja, há uma diminuição de cerca de 15.000 habitantes. No mesmo período, a quantidade da população idosa (acima de 60 anos) aumentou em cerca de 40 mil.

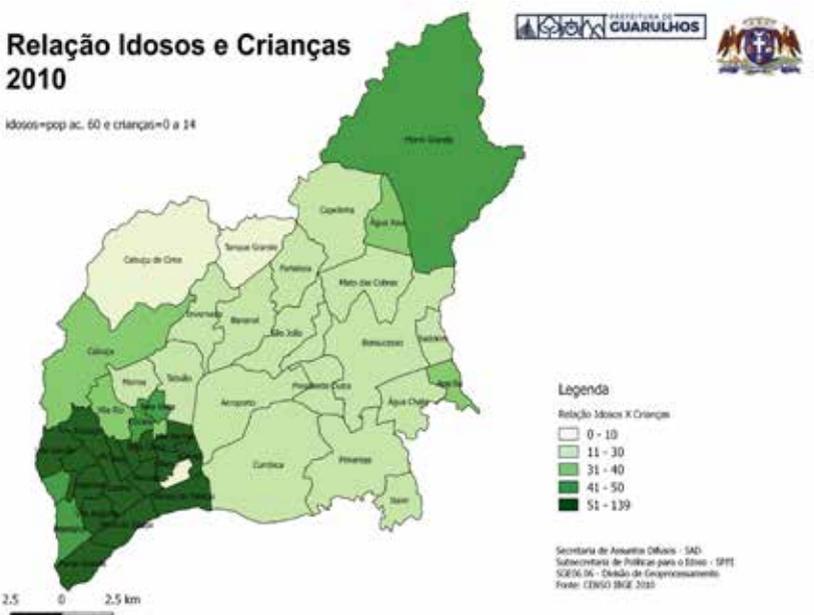
Percentual da população idosa (acima de 60 anos) em relação à população a população de crianças e adolescentes (0 a 14 anos), Censos 1980, 1991, 2000, 2010 e projeções populacionais 2015, 2017, 2020, 2030, 2040 e 2050.

Ano	Pop Total	Pop ac.60	% Pop T	0-14	% Pop T
1980	529.483	19.918	3,76	200.635	37,89
1991	787.866	38.332	4,87	262.438	33,31
2000	1.072.717	61.016	5,69	313.829	29,26
2010	1.221.979	100.586	8,23	298.521	24,43
2015	1.288.364	127.945	9,93	283.962	22,04
2017	1.331.169	140.991	10,59	283.846	21,32
2020	1.351.275	162.662	12,04	283.310	20,97
2030	1.448.031	243.432	16,81	277.137	19,14
2040	1.506.383	323.460	21,47	256.550	17,03
2050	1.527.615	387.092	25,34	244.301	15,99

Fonte: IBGE, Censos 1980, 1991, 2000, 2010 e Projeções Fundação SEADE – 2015, 2017, 2020, 2030, 2040 e 2050.

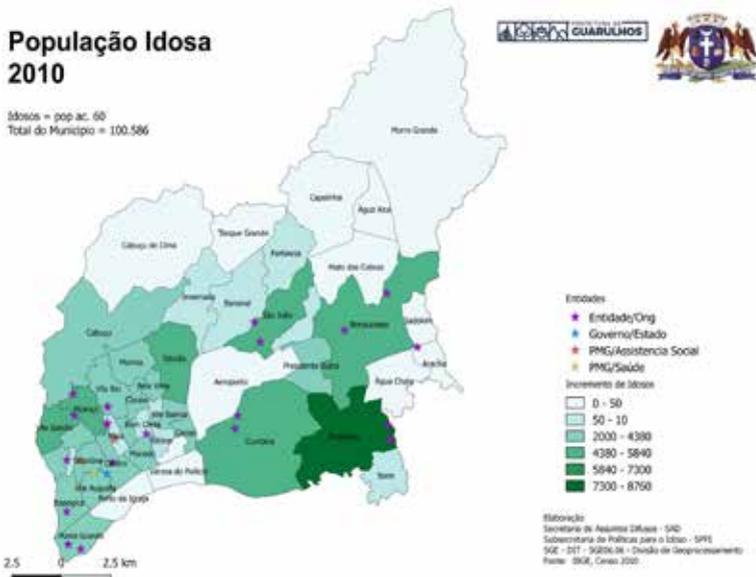
Conforme tabela acima, constatamos:

1. A partir de 2030 na cidade de Guarulhos, os percentuais de população idosa em relação à população de crianças e adolescentes começam a quase se igualar.
2. A partir de 2040, o percentual de população idosa passa o correspondente à população de crianças e adolescentes;
3. A partir de 2050, o percentual da população idosa quase dobra em relação ao percentual de população de crianças e adolescentes. Com efeito, segundo as projeções, $\frac{1}{4}$ (um quarto) da população de Guarulhos será de idosos.



Mapa Relação Idoso Criança - RIC 2010 – Índice de Envelhecimento por bairros - Censo 2010

Constatamos segundo o mapa da relação idoso criança 2010 que, além da maior proporção de idosos em relação às crianças e adolescentes na região central da cidade, começa a aumentar, também, esta relação nos bairros próximos à região central da cidade.



Mapa - Incremento (volume/quantidade) de idosos 2010 e Equipamentos Públicos (Estado e Prefeitura) e privados (ONGs e entidades)

Constatamos segundo o mapa 'Incremento de idosos 2010 com os equipamentos públicos e privados':

1. O maior volume (quantidade) de crescimento da população idosa está nas regiões/bairros periféricos da cidade como Pimentas, Bonsucesso, Taboão e Cumbica;
2. A população de idosos nos bairros periféricos da cidade (Pimentas, Bonsucesso, Taboão e Cumbica) é quase o dobro em relação aos bairros centrais da cidade (Centro, Parque Cecap, Macedo, Macedo, Gopoúva e Vila Augusta) e praticamente o triplo em relação à dos outros bairros da região central da cidade (Jardim Bom Clima e Parque Renato Maia);

3. Existem três equipamentos públicos da Prefeitura de Guarulhos para o atendimento da pessoa idosa na área central da cidade. Dois Centros de Convivência e um Centro de Referência em Saúde para o Idoso – Ceresi e somente um equipamento do Governo do Estado, no caso, a Delegacia Proteção ao Idoso. Com efeito, não existe nenhum equipamento do poder público na região periférica da cidade;

4. As quatro Regionais de Saúde não conformam com os bairros oficiais do IBGE. Será necessária uma reunião/diálogo com a Secretaria da Saúde para avaliar a possibilidade de ser realizada esta conformação, bem como discutir formas de atualizar os dados referentes ao Censo Demográfico IBGE de 2010. Vale salientar que os agentes comunitários da saúde realizam mensalmente, nas regionais de saúde, a coleta de dados e informações referente à população de Guarulhos. Estes dados poderão servir para o planejamento das ações e projetos, visando à tomada de decisões eficazes por parte dos nossos governantes.

*** Palestra realizada dia 27 de fevereiro de 2018 para os servidores da Prefeitura de Guarulhos, no 2º Ciclo de palestras sobre Políticas Públicas e Direitos Humanos, tema 1 Sociólogo e Especialista em Gestão Pública Ricardo Antunes de Abreu.**

Tema 2: Perfil da população idosa e serviços oferecidos

A Subsecretaria de Políticas para o Idoso (SPPI) foi criada em 2017 por meio da Lei 7.550/2017 para a elaboração de políticas públicas voltadas para a pessoa idosa. A existência de um órgão gestor centrado na pessoa idosa garante melhor coordenação dos esforços governamentais e maior efetividade das políticas. A principal proposta é garantir o envelhecimento ativo, por meio de ações de socialização, palestras, atividades físicas e entretenimento, em consonância com o Plano de Governo.

Também é prerrogativa da SPPI promover o diálogo entre a administração e os diversos movimentos representativos da sociedade civil, a exemplo do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e do Fórum Popular da Pessoa Idosa, bem como realizar estudos para ampliar os serviços públicos nas regiões periféricas, onde há aumento significativo da população idosa no município de Guarulhos.

Perfil do Idoso no Brasil

- 60+ gostam de investir em lazer, diversão, gostam de comprar e tem vigor e disposição para novos desafios e aventuras;
- 45% usam o Facebook: percentual dentre os que usam internet, segundo o fundador da rede social, Mark Zuckerberg;
- Movimentam cerca de 400 bilhões de reais com compras de produtos e serviços, segundo o Data Popular.
- O percentual de pessoa idosa no Brasil em 2015 (11,7%) dobrará em cerca de 24 anos – o que levou

62 anos para ocorrer nos países mais desenvolvidos;

- A média de vida de um cidadão brasileiro é de 75 anos;

- As brasileiras vivem, em média, 78 anos em comparação com 72 dos homens.

Perfil do idoso em Guarulhos

Na cidade de Guarulhos, segundo o último censo do IBGE em 2010, a população idosa era de 100.586. A projeção, de acordo com a Fundação Seade para 2018, será por volta de 148.000, que correspondente a 11,16% do total de habitantes. A previsão para 2050 é que esse número se aproxime dos 25,34%.

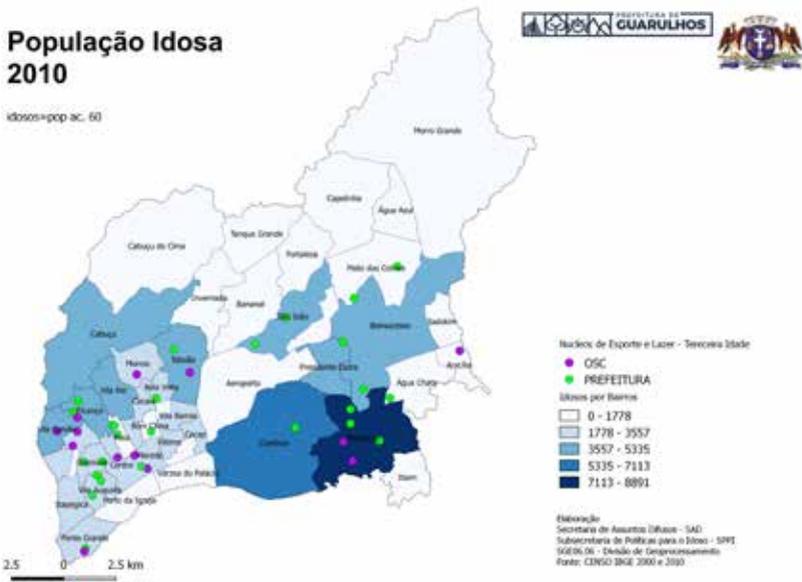
Em comparação à média da Região Metropolitana (13,58%) e à média do Estado de São Paulo (14,43%), Guarulhos tem o menor número de idosos, e o fluxo migratório é um dos motivos.

Planejamento das políticas públicas

Com o objetivo de planejar as ações voltadas aos idosos elaboramos o Banco de Referência de Atenção a Pessoa Idosa (Brap), com o objetivo de sistematizar todas as informações e serviços prestados pela Prefeitura de Guarulhos. Realizamos diagnósticos dos serviços prestados e das principais demandas.

Com a utilização das ferramentas de Geoprocessamento, mapeamento dos idosos em Guarulhos para nortear a implantação das políticas públicas.

No mapa a população idosa em Guarulhos com base no senso de 2010, as faixas mais escuras representa onde está concentrada a maior parte dos idosos. Os pontos verdes e azuis correspondem aos locais onde existem Núcleos de Esporte e Lazer para Terceira Idade:



Serviços Oferecidos pela Prefeitura de Guarulhos

A Prefeitura de Guarulhos oferece diversos serviços especializados para a população 60+:

Centro de Referência à Saúde do Idoso - Ceresi Atendimento qualificado e humanizado ao idoso frágil ou em processo de fragilização garantindo a atenção integral à sua saúde, bem como orientação aos seus cuidadores e familiares. (Secretaria da Saúde)

Centro de Convivência do Idoso – CCI Equipamento socioeducativo em meio aberto e de proteção básica de caráter preventivo, onde o idoso pode praticar atividades de cultura, esporte e lazer. (Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social - SDAS)

Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI* É oferecida para pessoas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diferentes necessidades e graus de dependência, que não dispõem de condições para permanecer na família - vínculos rompidos (SDAS)

**Antigamente denominado asilo ou causa de repouso*

Centro Dia Espaço de acolhimento para semidependentes a partir de 60 anos, que ficam no local de manhã até de noite. A prioridade é para aqueles cujas famílias não têm condição de dar atenção e cuidado durante o dia. (SDAS)

Núcleos de Esportes para Pessoa Idosa Espaços públicos e das Organizações da Sociedade Civil que oferecem atividades físicas e esportivas (Secretaria de Esporte e Lazer)

Combate à violação dos direitos

Denúncias de violência contra as pessoas idosas, de forma geral, são feitas através do Disque 100, que é vinculado ao Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, que são encaminhadas para o Conselho Municipal do Direito da Pessoa Idosa (CMDPI), à Delegacia do Idoso e ao Ministério Público. Outras portas de entrada das denúncias são os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e o CMDPI.

A Comissão de Violação de Direitos do Conselho se reúne periodicamente, analisa e encaminha os casos aos órgãos competentes. Levantamento prévio apontou que em 2017 foram registrados 119 casos de violação de direitos em Guarulhos.

Como política de esclarecimento contra a violência a pessoa idosa, a SPPI dará início no dia 15 de junho de 2018, que é o Dia Mundial de Conscientização contra a Violência à Pessoa Idosa, a campanha permanente de conscientização contra a violação dos direitos.

A seguir as categorias estabelecidas internacionalmente para designar as diversas

formas de violência mais praticadas contra a pessoa idosa:

- Violência Física: é o uso da força física para compelir os idosos a fazerem o que não desejam, para feri-los, provocar dor, incapacidade ou morte;
- Violência Psicológica: corresponde a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, humilhar, restringir a

liberdade ou isolar do convívio social;

- Violência Sexual: refere-se ao ato ou jogo sexual de caráter homo ou hetero-relacional, utilizando pessoas idosas. Esses abusos visam a obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças;

- Abandono: é uma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção e assistência;

- Negligência: refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. A negligência é uma das formas de violência mais presente no país. Ela se manifesta, frequentemente, associada a outros abusos que geram lesões e traumas físicos, emocionais e sociais, em particular, para as que se encontram em situação de múltipla dependência ou incapacidade;

- Violência Financeira ou Econômica: consiste na exploração imprópria ou ilegal ou ao uso não consentido pela pessoa idosa de seus recursos financeiros e patrimoniais;

- Auto-negligência: diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria a saúde ou segurança, pela recusa de prover cuidados necessários a si mesma.

Considerações finais

Estudos preliminares realizado pela SPPI apontam que para alcançar o envelhecimento ativo e saudável é necessário ampliar

as seguintes ações:

- Socialização e Respeito da Família;
- Espaços de Convivência;
- Atividades Físicas;
- Atividades Intelectuais.

Com estas ações em prática teremos a redução dos seguintes casos que preocupam a sociedade e o poder público:

- Institucionalização;
- Abandono;
- Remédios / Hospitais;
- Déficit cognitivo / Alzheimer

*** Palestra realizada dia 27 de fevereiro de 2018 para os servidores da Prefeitura de Guarulhos e sociedade civil, no 2º Ciclo de palestras sobre Políticas Públicas e Direitos Humanos, tema 2 - Charlles Abou Jaoude**

Fontes de Referência - Bibliografia

- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Censos demográficos.
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas - Orientações Técnicas - Brasília, dezembro de 2012 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Departamento de Proteção Social Básica.



PREFEITURA DE
GUARULHOS

